



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO *PRO TEMPORE*

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº004 DE 27 DE MARÇO DE 2025.

Regulamenta o processo de eleição de representantes Docentes, Técnicos Administrativos e Discentes para composição dos Conselhos Superiores da UFAPE, suas respectivas Câmaras e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO *PRO TEMPORE*, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (UFAPE) no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Regular o processo de inscrição e eleição de representantes Docentes, Técnicos Administrativos e Discentes para composição dos Conselhos Superiores da UFAPE e suas respectivas Câmaras e dá outras providências por meio desta Resolução.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Dos Conselhos Superiores

Art. 2º O Conselho Universitário (Consuni) é o órgão máximo deliberativo, normativo e consultivo de última instância jurisdicional da UFAPE, responsável pela definição da política universitária, em matéria de natureza administrativa, patrimonial e de gestão de pessoas, composto de um Colegiado Pleno e de Câmaras Deliberativas Superiores.

Art. 3º O Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e Assistência Estudantil (Consepe) é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da UFAPE em matéria de ensino, pesquisa, extensão e cultura e assistência estudantil, composto de um Colegiado Pleno e de Câmaras Deliberativas Superiores.

Art. 4º O tempo de mandato dos membros eleitos para os Conselhos Superiores e suas respectivas Câmaras será de dois (02) anos, permitida apenas uma recondução.

Seção II
Da Comissão Eleitoral

Art. 5º A Comissão Eleitoral é responsável por organizar, superintender, supervisionar e acompanhar o processo eleitoral para escolha dos representantes Docentes, Técnico- Administrativos e Discentes de Graduação e Pós-graduação, para composição dos Conselhos Superiores da UFAPE e suas respectivas Câmaras.

Parágrafo Único. Cabe à Comissão Eleitoral elaborar e publicar o Edital de Eleição dos membros dos Conselhos Superiores e suas respectivas Câmaras, com as regras para eleição, com a devida atenção ao estabelecido no Estatuto da UFAPE, no Regimento Geral, Regimento Interno dos Conselhos Deliberativos da Administração Superior e nesta Resolução.

Art. 6º A Comissão Eleitoral é composta por:

- I - um representante docente, membro titular do Consuni;
- II - um representante técnico-administrativo, membro titular do Consuni; e
- III - um representante discente, membro titular do Consuni.

§1º Para cada membro titular será designado um suplente.

§2º O Presidente e o Secretário serão definidos dentre os membros docente e técnico-administrativo.

Art. 7º A designação dos membros da Comissão Eleitoral deverá observar critérios de notória idoneidade, Art competência e ausência de conflitos de interesse, para garantir a imparcialidade na condução do processo eleitoral.

Parágrafo único: A escolha/indicação dos membros da Comissão Eleitoral será realizada pelo Conselho Universitário (CONSUNI).

Art. 8º A Comissão Eleitoral deverá adotar mecanismos internos e, se for o caso, externos de auditoria e controle do processo eleitoral, a fim de assegurar a lisura, segurança e transparência em todas as etapas – inscrição, votação e apuração dos votos.

Parágrafo único. Os resultados das auditorias deverão ser divulgados no portal institucional da UFAPE, respeitando-se o sigilo das informações quando necessário.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO E DO PROCESSO ELEITORAL

Seção I Da Inscrição das Chapas Eleitorais aos Assentos

Art. 9º As solicitações de inscrições das chapas eleitorais para representação de docentes, técnicos-administrativos e discentes, e seus respectivos suplentes devem ser efetuadas mediante requerimento disponibilizado pela Comissão Eleitoral em data e horários definidos no Edital de Eleição.

Art. 10. A Comissão Eleitoral é responsável pela homologação das inscrições das chapas em até 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo para inscrição.

Art. 11. Podem concorrer aos assentos dos Conselhos Superiores e suas respectivas Câmaras:

- I - docentes do quadro efetivo da UFAPE;
- II - técnicos-administrativos do quadro efetivo da UFAPE; e
- III - discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e programas de pós- graduação *Stricto Sensu* da UFAPE.

Art. 12. São considerados inelegíveis:

- I - membros da Comissão Eleitoral;
- II - docentes e técnicos-administrativos (as) em gozo de licença;
- III - discentes especiais conforme definidos no Regimento Geral da UFAPÉ; e
- IV - pessoas condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

Seção II Das Vagas

Art. 13. O número de vagas para os assentos dos membros eleitos nos Conselhos Superiores e suas respectivas Câmaras deve ser estabelecido no Edital de Eleição e estar de acordo com o art. 153 do Estatuto da UFAPÉ e o Regimento Interno dos Conselhos Deliberativos da Administração Superior.

Seção III Dos Eleitores

Art. 14. Estão aptos a votar, os membros da comunidade acadêmica:

- I - docentes do quadro efetivo da UFAPÉ;
- II - técnicos-administrativos do quadro efetivo da UFAPÉ; e
- III - discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e programas de pós- graduação *Stricto Sensu* da UFAPÉ

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deve divulgar a relação de votantes aptos a participar da eleição em data especificada no Edital de Eleição.

Seção IV Da Votação

Art. 15. Cabe à Comissão Eleitoral definir no Edital de Eleição, publicado no portal institucional da UFAPÉ (<https://www.ufape.edu.br/>), o método e o processo de votação de acordo com o Estatuto.

Parágrafo único. Todas as decisões de caráter oficial da Comissão Eleitoral devem ser publicadas no portal institucional da UFAPÉ (<https://www.ufape.edu.br/>).

Seção V Da Apuração

Art. 16. A apuração dos votos deve ser iniciada após o encerramento da votação, transcorrer sem interrupção e ser concluída com registro em Ata de Eleição.

Parágrafo único. A Ata de Eleição, mais especificamente da votação e da apuração dos votos, deve conter os seguintes dados:

- I - as chapas com os nomes dos candidatos e seus respectivos suplentes;
- II - descrição da votação, com o número de votantes;
- III - mapa da apuração contendo o número de votos válidos obtidos, bem como os votos brancos e nulos;
- IV - classificação das chapas (titulares e suplentes); e

V - registro de eventuais ocorrências durante o processo de eleição.

Art. 17. O trabalho de apuração, por parte da Comissão eleitoral, é finalizado com o envio da Ata de Eleição ao Consuni.

Art. 18. Em caso de empate entre as chapas na eleição, devem ser utilizados os seguintes critérios de desempate na ordem:

I - maior tempo de exercício efetivo na UFAPE do titular;

II - maior idade do titular.

III – sorteio, a ser realizado por meio de procedimento transparente e previamente definido no Edital de Eleição.

Seção VI

Da Divulgação dos Resultados

Art. 19. Cabe à Comissão Eleitoral a divulgação dos resultados preliminar e final.

§ 1º Qualquer interessado poderá interpor recurso administrativo contra o resultado preliminar da eleição, mediante requerimento fundamentado apresentado à Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da divulgação dos resultados preliminares.

§ 2º O recurso deverá ser protocolado por meio dos canais oficiais de comunicação da UFAPE, que serão divulgados no Edital de Eleição, e sua análise deverá ser concluída no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Seção VII

Da Posse

Art. 20. Após a homologação e divulgação do resultado final, a posse dos respectivos Conselheiros deve ser realizada em Sessões do Consuni, do Consepe e de suas respectivas Câmaras.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Após a conclusão do processo eleitoral e a posse dos eleitos, será realizada uma avaliação pós-eleitoral, conduzida por comissão designada pela alta direção da UFAPE, para identificar eventuais falhas e propor medidas de aprimoramento para futuras eleições, com os resultados devidamente publicizados.

Art. 22. Fica assegurada a adoção de medidas que garantam a segurança e a integridade dos sistemas eletrônicos utilizados no processo eleitoral.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deverá definir e publicar, previamente, os protocolos de proteção de dados, autenticação e acesso seguro aos sistemas de inscrição, votação e apuração, em conformidade com as normas vigentes de segurança da informação.

Art. 23. A UFAPE disponibilizará, de forma contínua, canais oficiais de comunicação destinados ao esclarecimento de dúvidas e à formalização de reclamações relativas ao processo eleitoral.

Parágrafo único. Esses canais poderão incluir atendimento eletrônico e presencial, os quais serão divulgados no Edital de Eleição e em outros meios oficiais, assegurando amplo acesso a todos os interessados.

Art. 24 Na hipótese de os representantes eleitos deixarem de atender, durante o mandato, às condições que permitiram as suas escolhas, o mandato será interrompido e escolhido novo representante.

Art. 25. Os casos omissos devem ser resolvidos pelos respectivos Conselhos Superiores.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

APROVADA NA 2ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2025.

Garanhuns-PE, 27 de março de 2025.

PROF. AIRON APARECIDO SILVA DE MELO
PRESIDENTE